

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000233664

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1006508-88.2023.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que são apelantes ----- e -----, são apelados MUNICÍPIO DE CAMPINAS e REDE MUNICIPAL -----.

ACORDAM, em 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "V.U. Rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva de parte da Municipalidade de Campinas, deram provimento ao recurso, para julgar procedente a ação, condenadas as rés no pagamento às autoras, por danos morais, da quantia de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em favor de ----- e de R\$100.000,00 (cem mil reais) em favor de -----, com juros moratórios a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, aplicando-se a partir desta data unicamente a taxa SELIC para fins de atualização monetária e compensação da mora (EC 113/21), além de honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) do valor total da condenação.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RICARDO FEITOSA (Presidente), OSVALDO MAGALHÃES E PAULO BARCELLOS GATTI.

São Paulo, 10 de março de 2025.

RICARDO FEITOSA RELATOR
Assinatura Eletrônica
VOTO Nº 43.645

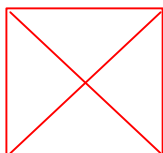
APELAÇÃO CÍVEL Nº 1006508-88.2023.8.26.0114

COMARCA: CAMPINAS

APELANTES: ----- E OUTRA

APELADAS: MUNICIPALIDADE DE CAMPINAS E OUTRA

RESPONSABILIDADE CIVIL _ INDENIZAÇÃO _ DANOS
MORAIS _ EVASÃO DE PACIENTE DE
HOSPITAL PÚBLICO ONDE AGUARDAVA
CIRURGIA VISANDO DEBELAR PANCREATITE



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGUDA, ENCONTRADO O CORPO DIAS DEPOIS NAS
PROXIMIDADES JÁ EM FASE DE
DECOMPOSIÇÃO – FALHA GRAVE
DO NOSOCÔMIO RECONHECIDA DANOS
– MORAIS
CARACTERIZADOS EM RELAÇÃO À ESPOSA E
FILHA – AÇÃO IMPROCEDENTE RECURSO DAS
AUTORAS PROVIDO.

Cuida-se de ação de indenização por danos morais movida por ----- e sua filha ----- contra a Municipalidade de Campinas e -----, julgada improcedente pela r. sentença de fls. 304/306.

As autoras apelaram, buscando a inversão do resultado, sustentando em suma que no hospital municipal houve desídia nos cuidados prestados a -----, permitindo que se evadisse, e negligência ao não ser comunicado à família em tempo razoável o seu desaparecimento, o que poderia ter evitado o desfecho fatal.

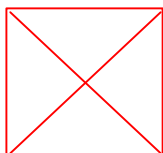
Recurso regularmente processado, com resposta, a da

2

Municipalidade contendo preliminar de ilegitimidade passiva de parte.

É o relatório.

Incumbe, antes de mais de nada, examinar a preliminar de ilegitimidade passiva de parte suscitada pela Municipalidade, que deve ser rejeitada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

É que a decisão firmando a responsabilidade solidária da mesma está em perfeita correspondência com a posição adotada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento de caso similar no AgRg no AREsp 836.811-SP, relator o Ministro Humberto Martins, no sentido de que “o município tem legitimidade passiva nas controvérsias acerca de dano decorrente de erro médico em hospital privado municipal. E se o município responde por erro médico em hospital privado do município, com mais propriedade deve responder pelos mesmos danos ocorridos em hospital pública municipal”.

Passando à apreciação do apelo, pelas razões em seguida minudenciadas, a decisão monocrática não merece ser prestigiada, sendo que a prova documental produzida permite segura reconstituição dos fatos.

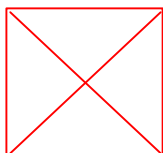
Na tarde de 26 de novembro de 2020, apresentando quadro de pancreatite aguda, -----, marido e pai das autoras, deu entrada no ---
-----.

Constatado que a moléstia tinha origem biliar, que demandava a realização de cirurgia de retirada da vesícula, ele permaneceu internado aguardando vaga em leito de UTI para que o ato cirúrgico pudesse concretizar-se.

3

Na noite de 28 de novembro, por volta de 21:00 horas, foi notada sua ausência da enfermaria cirúrgica onde aguardava; mobilizada a vigilância, foi encontrá-lo em um banheiro do Pronto Socorro, sendo conduzido de volta ao leito.

Cerca de meia hora depois, com o conhecimento dos



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

responsáveis pelo nosocômio, ele deixou o estabelecimento trajando suas roupas pessoais, quando foi lavrado o comunicado de evasão de fls. 145.

Somente três dias depois e assim mesmo porque foi visitar o marido sua esposa soube do ocorrido, quando ele já estava desaparecido.

Em 17 de dezembro, o corpo foi encontrado em decomposição dentro de estrutura de concreto do BRT em frente ao terminal Ouro Verde, nas proximidades do complexo hospitalar, com um arame em volta do pescoço.

E a descrição dos acontecimentos não deixa dúvida de que os prepostos da autarquia que administra o hospital agiram com grave negligência, que em absoluto não pode ser justificada pelas dificuldades impostas pela pandemia, como está na sentença.

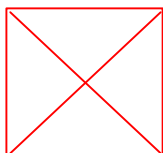
Somente pessoa emocionalmente desestruturada poderia tomar atitude de retirar-se da enfermaria onde aguardava cirurgia necessária a tentar debelar gravíssima moléstia, como é a pancreatite aguda, o que é notório.

Sendo assim, sua saída devia ter sido obstada, ao menos

4

até que algum familiar convocado viesse a ter com ---- e pudesse orientá-lo; no mínimo a família teria que ser imediatamente avisada da evasão, ela que tinha acesso restrito ao paciente.

Como nada disto foi feito, as autoras terão para sempre que conviver com a angústia provocada pela dúvida de que se convocadas a tempo poderiam ter impedido a trágica morte do familiar, o que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

E decorrendo o sofrimento psicológico do evento morte, a fixação do valor da indenização em favor da filha em duzentos mil reais afigura-se adequada e suficiente na espécie.

E metade para a mulher, que separada de corpos há cerca de três anos (fls. 59/60) certamente sofreu abalo menor.

Em tais condições, rejeitada a preliminar de ilegitimidade passiva de parte da Municipalidade de Campinas, dá-se provimento ao recurso, para julgar procedente a ação, condenadas as rés no pagamento às autoras, por danos morais, da quantia de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) em favor de ----- e de R\$100.000,00 (cem mil reais) em favor de -----, com juros moratórios a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, aplicando-se a partir desta data unicamente a taxa SELIC para fins de atualização monetária e compensação da mora (EC 113/21), além de honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) do valor total da condenação.

RICARDO FEITOSA RELATOR